

# Superior Tribunal de Justiça

**RCD na PET no HABEAS CORPUS Nº 563.179 - SP (2020/0044852-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**REQUERENTE** : FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA (PRESO)  
**ADVOGADOS** : MARCELO BARBOSA DE ALMEIDA - PR076898  
ADRIELLE DE SOUZA OLIVEIRA SANTOS - PR098784  
**REQUERIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**REQUERIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

## DECISÃO

Trata-se de pedido formulado por FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA, no qual a defesa, tendo em vista a pandemia relacionada ao novo coronavírus e em função da idade do paciente e das recomendações do Conselho Nacional de Justiça acerca do tema, pugna pela reconsideração da decisão de e-STJ fls. 77/80, a fim de que seja substituída a prisão preventiva do paciente por prisão domiciliar ou outras medidas cautelares diversas da prisão.

Às e-STJ fls. 77/80, indeferi a medida de urgência mediante os seguintes termos:

*Trata-se de pedido formulado em benefício de FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA no qual pugna a defesa pela juntada de cópia da decisão de primeira instância por meio da qual foi decretada a custódia cautelar do paciente.*

*Recebo a petição como pedido de reconsideração da decisão de e-STJ fls. 66/69, em que indeferi liminarmente o habeas corpus mediante os seguintes termos:*

*Trata-se de habeas corpus com pedido liminar impetrado em favor de FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2265641-53.2019.8.26.0000).*

*Consta dos autos ter sido o paciente preso em flagrante, custódia essa convertida em preventiva, pela suposta prática do crime previsto no art. 121, § 2º, I, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal. Posteriormente, a segregação foi mantida por ocasião da prolação da decisão de pronúncia (e-STJ fls. 42/52).*

*Irresignada, a defesa impetrou prévio writ perante o Tribunal de Justiça local, que conheceu em parte da impetração e, nessa extensão, denegou a ordem, em acórdão cuja ementa foi assim definida (e-STJ fl. 21):*

**HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. EXCESSO DE PRAZO. REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. IMPOSSIBILIDADE. 1. Presença dos**

*requisitos e pressupostos da prisão processual. Imputação de homicídio qualificado tentado. Crime doloso com pena máxima superior a quatro anos. Cabimento da prisão preventiva. Fundamentação idônea na origem. Gravidade concreta do delito imputado ao paciente que também justifica a decretação da prisão preventiva. 2. Eventuais predicados pessoais não geram direito à liberdade, mormente quando presentes os pressupostos e fundamentos que legitimam a imposição da prisão cautelar. 3. Necessidade e legalidade da conversão da prisão em flagrante em preventiva reconhecidos no julgamento do habeas corpus nº 2123752-14.2019.8.26.0000, por esta Colenda Câmara, e agora reforçados com o advento da r. sentença de pronúncia. 4. Excesso de prazo não configurado. Processo complexo que apura crime grave, com dois réus e necessidade de realização de perícias. 5. Só se tem por configurado o constrangimento ilegal, decorrente do atraso na conclusão do feito, quando, por desídia ou descaso, de forma injustificada, o Juízo prolonga a instrução do processo, o que, à evidência, não é o caso dos autos. 6. Aplicação da Súmula 21 do STJ. Pronunciado o réu, fica superada invocação de excesso de prazo na instrução. Inexistência de distinção que autorize a sua não incidência. 7. Demais questões (ter agido em legítima defesa, etc.), que se relacionam ao mérito, inviável o seu exame nos estreitos limites deste writ. 8. Impetração conhecida parcialmente e, na parte conhecida, denegada a ordem.*

*Neste habeas corpus, a defesa aduz que, "mesmo ostentando todos os requisitos necessários a concessão da revogação de sua prisão preventiva, tais como, família constituída, endereço fixo, profissão lícita, primariedade, não possui maus antecedentes, o paciente continua acautelado" (e-STJ fl. 8).*

*Tece considerações acerca dos fatos tidos por delituosos, afirmando que o paciente sofreu tentativa de roubo por parte da vítima e que agira em legítima defesa, e reforça que "não há elementos que comprovem o nível de periculosidade do paciente, ou mesmo qualquer fato que possa deixar comprovado que o mesmo irá se furtar da aplicação da lei penal, isto efetivamente não ficou demonstrado até o presente momento" (e-STJ fl. 10).*

*Requer, ao final, a concessão da liminar a fim de se revogar a prisão preventiva do paciente e, no mérito, a confirmação da medida de urgência deferida.*

*É o relatório.*

*Verifico, ab initio, ser inviável o prosseguimento do writ.*

*É que os impetrantes não juntaram aos autos cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, peça imprescindível à exata compreensão da controvérsia.*

*Ressalte-se que o rito do habeas corpus pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a defesa demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência de constrangimento ilegal imposto ao paciente, providência da qual não se desincumbiram os impetrantes.*

*Nesse sentido, a jurisprudência desta Corte:*

**AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA EM PRONÚNCIA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. PRETENSÃO DE**

**SIMPLES REFORMA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.**

1. Mantidos os fundamentos da decisão agravada, porquanto não infirmados por razões eficientes, é de ser negada simples pretensão de reforma (Súmula n.º 182 desta Corte).
2. Cabe ao impetrante o escoreito aparelhamento do habeas corpus, bem como do recurso ordinário dele originado, indicando, por meio de prova pré-constituída, o constrangimento ilegal alegado.
3. É inviável divisar, de forma meridiana, a alegação de constrangimento, diante da instrução deficiente dos autos, no qual se deixou de coligir cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do acusado, documento imprescindível à plena compreensão dos fatos aduzidos no presente recurso.
4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no RHC 48.939/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 23/4/2015, grifei.)

**PROCESSUAL PENAL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. AUSÊNCIA DE PEÇA ESSENCIAL À COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. DEFICIÊNCIA NA INSTRUÇÃO QUE IMPOSSIBILITA A ANÁLISE DO PEDIDO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.**

1. É possível receber o pedido de reconsideração como agravo regimental, dada a identidade do prazo recursal e a inexistência de erro grosseiro.
2. Ação constitucional de natureza mandamental, o habeas corpus tem como escopo precípua afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, cuja natureza urgente exige prova pré-constituída das alegações e não comporta dilação probatória.
3. Ausente cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do acusado, a cujos fundamentos o juiz sentenciante remete para negar ao réu o direito de recorrer em liberdade, mostra-se inviável o exame do alegado constrangimento ilegal.
4. Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental, não provido. (RCD no RHC 54.626/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 2/3/2015, grifei.)

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente habeas corpus.

*É o relatório.*

*Tendo em vista a colação aos autos de cópia da decisão proferida pelo Juízo de primeiro grau, reconsidero a decisão antes prolatada e passo ao exame da medida liminar.*

*A liminar em habeas corpus, bem como em recurso ordinário em habeas corpus, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*que se revele de pronto.*

*Em juízo de cognição sumária, no entanto, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.*

*Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se verificar a existência de constrangimento ilegal decorrente da decretação/manutenção da prisão preventiva do paciente em razão da suposta prática do delito de tentativa de homicídio qualificado, o que será realizado oportunamente, por ocasião do julgamento definitivo do writ.*

*Ante o exposto, indefiro a liminar.*

*Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeira instância, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração, **notadamente a existência de eventuais decisões posteriores quanto à manutenção da segregação cautelar.***

*Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.*

*Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.*

*Publique-se. Intimem-se.*

É o relatório.

**Decido.**

O pleito defensivo não merece prosperar.

Com efeito, o pedido de substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar com fulcro na pandemia relacionada ao novo coronavírus e nas recomendações do Conselho Nacional de Justiça acerca do tema nem sequer foi apreciado pelo Tribunal de origem, de maneira que fica obstado o exame da matéria diretamente por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância e violação dos princípios do duplo grau de jurisdição e devido processo legal.

Vale mencionar que o Plenário do Supremo Tribunal Federal negou referendo à conclamação feita pelo Ministro Marco Aurélio no bojo da ADPF n. 347, e que a **Recomendação n. 62/CNJ** recomenda aos Tribunais a adoção de medidas preventivas contra a propagação da infecção pelo novo coronavírus (Covid-19) no

# *Superior Tribunal de Justiça*

âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo, situação que demanda a devida apreciação pelo Juízo de primeira instância no caso concreto, exame este que não ocorreu na hipótese.

Tal o contexto, **indefiro o pedido de reconsideração.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator